

Pobreza não é só comida

O governo não gostou da Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas o fato é que ela prova que existe muito mais miséria do que fome no país

Raimundo Rodrigues **Pereira**

Pode-se criticar as chamadas políticas de inclusão social do governo no atacado, como o professor João Sicsu, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele disse, em entrevista recente ao jornal *Valor*: “O modelo de política econômica da dupla Lula-Palocci é tipicamente um modelo de ‘transferência de renda’, é um modelo de transferência de fortuna e migalha. Em 2003, transferiu R\$ 145 bilhões (a fortuna) para o setor financeiro e R\$ 5,0 bilhões (a migalha) para os pobres miseráveis. Para os primeiros, pagam juros; para os outros, concedem benefícios sociais. Em 2004, esses números serão respectivamente R\$ 110 bilhões e R\$ 6,5 bilhões”.

Pode-se fazer também, agora, com os resultados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma crítica de detalhe ao *Fome Zero* – que é o mais vistoso dos programas de inclusão social do governo e aquele ao qual o presidente Lula deu, de início, a atenção política maior: a POF mostrou que o problema de nutrição da pobreza no país não é, basicamente, de falta de comida. Os resultados do IBGE reforçam

a tese, que tem muitos defensores, de que o governo não resolverá o problema da pobreza no país com esses programas compensatórios. É preciso um outro programa econômico, como diz Sicsu. E é preciso também um intenso investimento no setor de infra-estrutura estatal do qual dependem os pobres (na foto de abertura, a grande favela de Paraisópolis, incrustada no Morumbi, zona sul rica de São Paulo).

Peso demais Já foram feitas três POFs no Brasil, em 1974-1975, em 1989 e esta última, em 2002-2003. As POFs medem, na população de 20 anos ou mais, duas coisas: 1) o consumo de alimentos per capita (por tipo de alimento e por classe de renda); e 2) o IMC – Índice de Massa Corporal – dos pesquisados. O IMC é um índice medido em quilogramas por metro quadrado. Foi criado pela Organização Mundial da Saúde. E se calcula pela divisão do peso da pessoa, em quilos, pelo quadrado de sua altura em metros. Os estudos feitos pela OMC mostram que, em geral, pessoas com IMC menores que 18,5 kg/m², têm déficit de peso; com IMC entre 18,5, e 24,9, têm peso normal; e para va-

lores iguais ou maiores que 25, têm excesso de peso – sendo que, nessa categoria, para valores iguais ou superiores a 30 de IMC, as pessoas são consideradas obesas. A POF de 2002-2003 mostrou que na população brasileira o excesso de peso é crescente: para os homens, era de 18,6% da população na pesquisa de 74-75, de 29,5% na de 1989 e está em 40,7%, na de agora – a obesidade, entre os homens, na mesma cronologia, foi de 2,8%, para 3,8% e 8,8%. Ao contrário, o déficit de peso, que, para os homens, era de 7,2% da população na pesquisa de 74-75, caiu para 3,8% na de 89 e é de 2,8%, na de agora. Para as mulheres, na mesma ordem cronológica, os números são: excesso de peso, 28,6%, 40,7% e 39,2%; obesidade, 7,8%, 12,8% e 12,7%; e déficit de peso, 10,2%, 5,8% e 5,4%. Os dados da POF 2002-2003 foram divulgados perto do fim do ano. Na véspera do Natal, o presidente Lula os criticou: disse que “fome não se mede em pesquisa” e que “o brasileiro tem vergonha de dizer que passa fome”. Em seguida, o governo apresentou um documento de crítica à divulgação dos dados do IBGE.

Os argumentos apresentados foram repetidos por José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi, responsáveis pelo programa *Fome Zero* em artigo nos jornais, no início do ano. Basicamente, os argumentos do governo e dos formuladores do *Fome Zero* são de dois tipos. Um, relativo à própria pesquisa, que não serviria para retratar a subnutrição crônica que existe no país. “Os dados de deficiência de peso em relação à altura recentemente divulgados pelo IBGE com base na POF não retratam bem os efeitos da subnutrição crônica, ou seja, a proporção de pessoas que sofrem o efeito continuado da falta de acesso a uma alimentação adequada. Primeiro, porque excluem as crianças e minimizam a deficiência de peso das mulheres gestantes, justamente os dois maiores grupos de risco de subnutrição aguda. Segundo, porque a grande maioria dos nossos obesos pertence aos grupos de renda mais baixa, onde o consumo excessivo de açúcares e gorduras acarreta problemas de saúde pública até mais graves. Parece incrível, mas entre os pobres há no país uma proporção maior de mulheres obesas que entre os ricos.”

Dados omitidos O outro tipo de argumento é o de que a pesquisa foi mal apresentada: ela teria sugerido uma “surreal” dicotomia no país entre 3,8 milhões de indivíduos com déficit de peso e 38,8 milhões de pessoas com excesso de peso, dos quais 10,5 milhões de obesos. Esse tipo de polarização na apresentação dos dados omitiu outras informações da pesquisa, que são essenciais, disse o governo:

- a POF mostrou que os brasileiros com renda familiar inferior a um salário-mínimo, 77 milhões de pessoas, não consumiam sequer 1900 calorias diárias, valor inferior ao mínimo recomendado pela ONU para uma vida saudável;
- 50% dos entrevistados declararam ter “dificuldade” ou “muita dificuldade” de chegar ao fim do mês com os alimentos necessários;
- e 46,6% dos entrevistados declararam que era “insuficiente” ou “às vezes insuficiente” a quantidade de ali-

mentos consumida por suas famílias. O principal defensor da pesquisa do IBGE nesse debate foi o professor Carlos Augusto Monteiro, da Universidade de São Paulo, responsável pela coordenação e análise da POF 2002-2003, por parte do Ministério da Saúde, que também patrocinou o levantamento. Na crítica do governo, Monteiro separa a questão da desnutrição infantil. Para ele, este é um problema grave, mas de outro tipo – pesquisas feitas em São Paulo, por exemplo, mostram que há crianças subnutridas de mães obesas, o que mostra que o problema não é a falta de alimento – muitas vezes os alimentos são mal preparados e a criança fica subnutrida porque está doente. “As técnicas de avaliação utilizadas pela POF não são precisas para examinar a desnutrição em crianças de pequena idade. Essa avaliação vai necessitar de outra pesquisa, que deverá ser feita possivelmente em 2005”.

Peso de menos O ponto, porém, diz ele, é que a pesquisa mostra que o principal problema de nutrição dos brasileiros é hoje a obesidade, que aumenta em todas as classes sociais e não somente na população mais pobre. Não existe apoio nos fatos para a tese de uma fome de pessoas com excesso de peso, que estaria faminta por ingerir alimentos não nutritivos, como diz o governo. “A alimentação da população mais pobre”, diz Monteiro, “é mais saudável que a da população mais rica. Na população mais pobre há consumo maior de arroz, feijão e farinha de mandioca, alimentos que não têm nada a ver com a obesidade. Pelo contrário: são protetores da obesidade”, diz ele.

Já o déficit de peso, diz, é uma boa medida para a fome: ele mede, de um modo geral, a desnutrição, determinada pelo consumo insuficiente de calorias. Fome é deficiência crônica de energia. “Esta fome está em franco declínio no país e subsiste apenas em algumas regiões, como o semi-árido nordestino, onde há 7,2% de déficit de peso entre as mulheres na área rural no Nordeste”, diz Monteiro. No Brasil não há nenhuma região com mais de 10% de pessoas com déficit de

peso. “No Haiti, são 20% da população adulta nesta categoria. Na Etiópia, 40%; na Índia, 50%. Essas são regiões onde a fome existe sem dúvida alguma”, diz ele. No Brasil, o problema é outro.

O governo já sabia disso, com certeza: tanto é que corrigiu o *Fome Zero*, que de início pretendia que o beneficiário do programa confirmasse seus gastos com a compra de alimentos. Hoje, o *Fome Zero* faz parte do Bolsa-Família, que incorporou também o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. O Bolsa-Família tem atualmente 6,5 milhões de famílias participantes, com benefícios que vão de R\$ 15 a R\$ 95 – 10% dos beneficiados recebem R\$ 15 por mês; 23,6% recebem o teto do programa; e, na média, os benefícios pagos são de R\$ 72 por mês, por família.

Mais investimentos Um levantamento feito por 17 pesquisadores brasileiros e coordenado pelo professor Márcio Pochmann, da Unicamp, e que foi secretário no governo da prefeita Marta Suplicy para a gestão de programas de transferência de renda e inclusão social, mostra que, para ter um padrão melhor de atendimento à pobreza, o Brasil deveria despender muito mais do que agora em setores como educação, saúde, saneamento e habitação, cultura, informática, previdência social, emprego e reforma agrária – além de investir em programas voltados especificamente para a pobreza. Para ter um padrão de educação elevado, como o do Chile por exemplo, que tem 85% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio, o Brasil precisaria construir cerca de 50.000 novas salas de aula e contratar perto de 800.000 professores. Só com educação, precisaria ser feito um investimento de R\$ 1,7 trilhão, entre 2005 e 2020, para se atingir um padrão como o dos chilenos. No conjunto dos investimentos sociais, seriam R\$ 7,2 trilhões, para se chegar a esse padrão de inclusão social elevado, calculam os pesquisadores. Isso sim, seria transferir fortunas para os pobres – e não migalhas, poderia dizer o professor Sicsu. ■